

Nepotismo vira tese

O nepotismo no Congresso Nacional será o tema da tese de pós-graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília que vem sendo preparado há cinco meses pela pesquisadora Maria Aparecida de Oliveira, uma ex-jornalista de 36 anos, natural de Palmeiras dos Índios, Alagoas. Maria Aparecida é a autora da lista publicada abaixo, contendo os deputados que empregam parentes na Câmara, os respectivos graus de parentesco e os salários — todos dados extraídos do

Secretariado Parlamentar, organismo que abriga os assessores pessoais que os deputados podem contratar sem concurso.

A pesquisadora tem ainda em seu poder as listas completas de funcionários estatutários da Câmara e do Senado, a dos contratados da Gráfica do Senado, a do pessoal requisitado pela Câmara e a dos casos de acumulação de empregos. Com esse material na mão, a fase atual de seus trabalhos consiste em checar nomes e

cifras junto aos dirigentes do Senado e da Câmara e os diretores-gerais. Nem sempre a acolhida tem sido amistosa. Maria Aparecida conta que tem encontrado dificuldades crescentes, e que começa a ficar visada tanto por funcionários como pelos parlamentares.

Uma parte da tese já está redigida. A seguir, um trecho do trabalho de Maria Aparecida:

"Casos especiais na Câmara dos Deputados são os de Francisca Dantas e Dorvina. As duas têm pontos comuns e

tizadas, já passaram por todos os setores da casa e há mais de seis meses encontram-se paradas nos mesmos lugares, sem perspectivas de remanejamento. Nos

pontos contraditórios, Francisca Dantas, natural da Paraíba, trazida pelo então

primeiro-secretário da Câmara, Wilson Braga, em 1980, não sabe datilografar, menos ainda, redigir. Operação matemática, só a soma, e sempre recorre aos colegas para preencher seus cheques. Seu trabalho se resume em vigiar o livro de

ponto no Departamento de Pessoal. Fuma bastante e o telefone de sua mesa está

contraditórios. Francisca é técnico legislativo adjunto referência 17 e ponto 3.268, com salário de NCz\$ 1,5 mil. Há oito anos é funcionária da Câmara na

classe estatutária, sem concurso. E tem registro como sendo de nível superior.

Dorvina é datilógrafa, telefonista e está à disposição da Câmara há 19 anos. É funcionária da Loteria do Estado de Minas Gerais e recebe meio salário mínimo, menos que um salário-referência. O

que é proibido pela Constituição".

"Dorvina trabalha na taquigrafia da Câmara e está sempre ocupada. Há 10

anos vem fazendo reivindicações junto a todas as mesas, para regularizar sua situa-

ção profissional junto à Câmara. Na primeira tentativa, com listas de abaixo-assinados dos colegas que se encontra-

vam irregulares como ela, o primeiro-secretário Wilson Braga regularizou to-

dos. Dorvina ficou de fora. Mas ela continua lutando até hoje".